

INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Rio
Grande do Sul

Relatório Contábil do campus Alvorada

e Demonstrações Contábeis

4º Trimestre/2022

Alvorada, 2022

DCONIFRS – processo nº 23419.000219/2022-16

REITOR

Julio Xandro Heck

DIRETOR-GERAL

Fabio Azambuja Marçal

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Alaor Ribeiro de Souza

Coordenadora de Orçamento

Kataliny Mercedes Gheno Azzolini

Coordenador Financeiro

Alaor Ribeiro de Souza

Responsável pela Conformidade Contábil

Maicon Goulart Morales

Este documento é constituído por:

I – Declaração do Contador;

II – Demonstrações Contábeis;

III – Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Nos termos do Acórdão TCU nº 1464/2015-P e da Macrofunção 02.03.18 (Encerramento do Exercício), em atendimento à setorial contábil do IFRS, consta a Declaração com Ressalva do Contador da Unidade Gestora 158745 – campus Alvorada, Órgão 26419 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, conforme segue.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UG)		Código da UG	
INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO RS – CAMPUS ALVORADA		158745	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentários, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício do 4º Trimestre de 2022, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada, exceto no tocante à:</p> <p>Restrição 642 – Registro incompatível da depreciação acumulada.</p> <p>Falta informação da depreciação acumulada mensal no Relatório de Movimentação de Bens Móveis. Providências relatadas: “a pró-reitoria de administração, vinculada à Reitoria, está responsável por sanar este apontamento”. Não constam cronograma de ação ou prazo de atendimento das providências relatadas.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Alvorada	Data	24/01/2023
Contador Resp.	Maicon Goulart Morales	CRC nº	85.488

Demonstrações contábeis do exercício de 2022

BALANÇO PATRIMONIAL

Disponível em <https://ifrs.edu.br/alvorada/documentos/balanco-patrimonial-2022/>, Balanço Patrimonial 12 DEZ 2022.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Disponível em <https://ifrs.edu.br/alvorada/documentos/demonstracoes-das-variacoes-patrimoniais-2022/>, Demonstração das Variações Patrimoniais 12 DEZ 2022.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Disponível em <https://ifrs.edu.br/alvorada/documentos/balanco-orcamentario-2022/>, Balanço Orçamentário 12 DEZ 2022.

BALANÇO FINANCEIRO

Disponível em <https://ifrs.edu.br/alvorada/documentos/balanco-financeiro-2022/>, Balanço Financeiro 12 DEZ 2022.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Disponível em <https://ifrs.edu.br/alvorada/documentos/demonstracao-dos-fluxos-de-caixa-2022/>, Demonstração dos Fluxos de Caixa 12 DEZ 2022.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Disponível em <https://ifrs.edu.br/alvorada/documentos/demonstracao-das-mutacoes-no-patrimonio-liquido-2022/>, Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido 12 DEZ 2022.

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DCON) do Campus Alvorada do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª edição e o Manual SIAFI, ambos da secretaria do Tesouro Nacional, exceto:

(a) Bens móveis

Não há registro de laudo de inventário consolidado que viabilize conciliação das contas desse título. Atualmente, aproximadamente R\$ 235 mil estão contabilizados à título de estoques e R\$ 2,76 milhões de bens móveis. Também não foi realizada a avaliação dos bens móveis/intangíveis para apurarmos o real valor do ativo.

A divergência total do saldo de bens móveis e intangíveis no SIAFI e o saldo de bens móveis e intangíveis no controle patrimonial, em 31/12/2022, é de R\$ 5,4 mil. A divergência total do saldo de depreciação acumulada no SIAFI e o saldo de depreciação acumulada no controle patrimonial, em 31/12/2022, é de R\$ 34,3 mil.

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis do campus Alvorada, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, autarquia da administração direta e integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileira e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);**
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);**
- III. Balanço Orçamentário (BO);**
- IV. Balanço Financeiro (BF);**
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);**
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e;**
- VII. Notas Explicativas.**

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional

A moeda funcional é o Real.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive dos fundos, das fundações, das autarquias e das empresas estatais dependentes. Ela é subdividida em Conta Única recursos Tesouro Nacional, Conta Única recursos Previdenciários e Conta Única recursos Dívida Pública.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos

concedidos; (vi) adiantamentos e; (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

Estoques

Compreendem os produtos em almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Nas entradas, os estoques são avaliados e mensurados pelo valor de aquisição ou produção/construção e, nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários e; (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, no IFRS, são os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

As informações da depreciação dos bens móveis do IFRS são apuradas pelo Sistema Integrado de Gestão (SIG), que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

- Método das cotas constantes;
- Utilização da tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade – CCONT/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI, assunto 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I – Atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II – Reavaliados, aqueles nos quais:

- Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$Kd = (n2 - x2) / n2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

N = vida útil da acessão

X = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Passivos

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

Apuração do Resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:



Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

A elaboração de demonstrativo que apresenta e compara a execução do orçamento com o orçamento previsto é o mecanismo normalmente utilizado para demonstrar a conformidade com os requisitos legais relativos às finanças públicas (MCASP).

Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Notas explicativas das Demonstrações Contábeis

Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Esse título se subdivide em Bancos Conta Movimento – Demais Contas, que se referem aos depósitos em garantia de execução dos contratos pactuados com o IFRS, na modalidade caução, e, Recursos Liberados pelo Tesouro, que representam o valor disponível para saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pela Setorial de Programação Financeira, ou correspondente à arrecadação direta, para atender despesas com vinculação específica de pagamento.

Caixa e Equivalente de Caixa

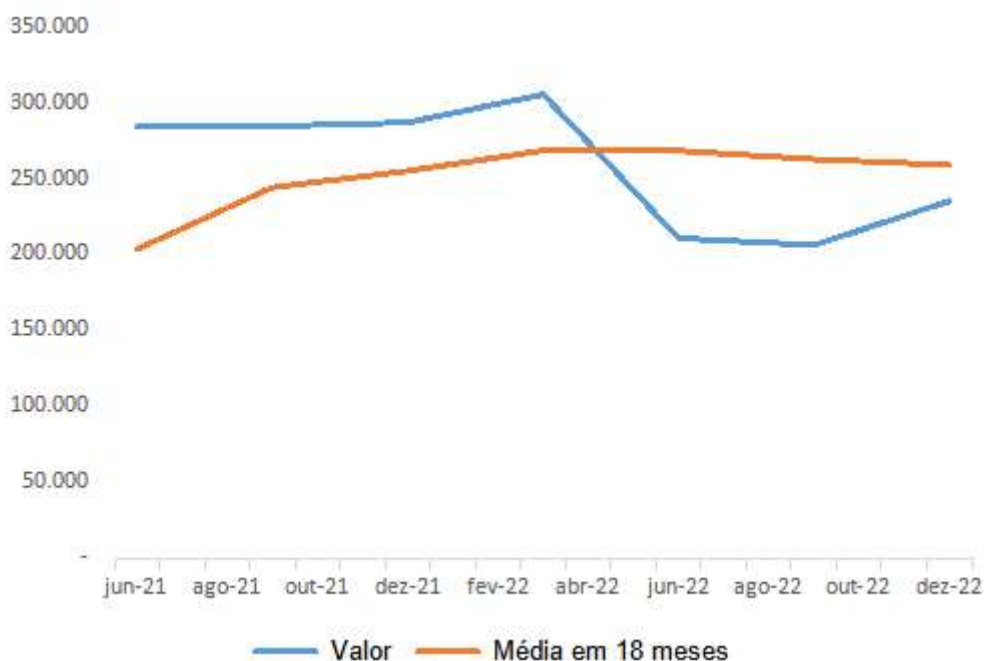
	R\$			
	dez-22	dez-21	AH (%)	AV (%)
Bancos Conta Movimento - Demais Contas	2.205	2.205	-	100
Recursos Liberados pelo Tesouro	-	-	-	-
Total	2.205	2.205	-	100

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

Nota 2 – Estoques

Houve aumento do volume de estoque no último trimestre. Estes são representados pelos materiais em almoxarifado, que compreendem diversos materiais de consumo, gêneros alimentícios e materiais de expediente. O campus armazena, em média, R\$ 259 mil em almoxarifado.

Materiais em almoxarifado nos últimos 18 meses (valores em R\$)



Nota 3 – Imobilizado

No setor público, a principal razão de se manterem ativos imobilizados e outros ativos é voltada para o potencial de serviços desses ativos. Em razão dos tipos de serviços prestados, uma parcela significativa dos ativos utilizados pelo campus é especializada, como, por exemplo, ativos de infraestrutura e materiais bibliográficos.

Bens Móveis

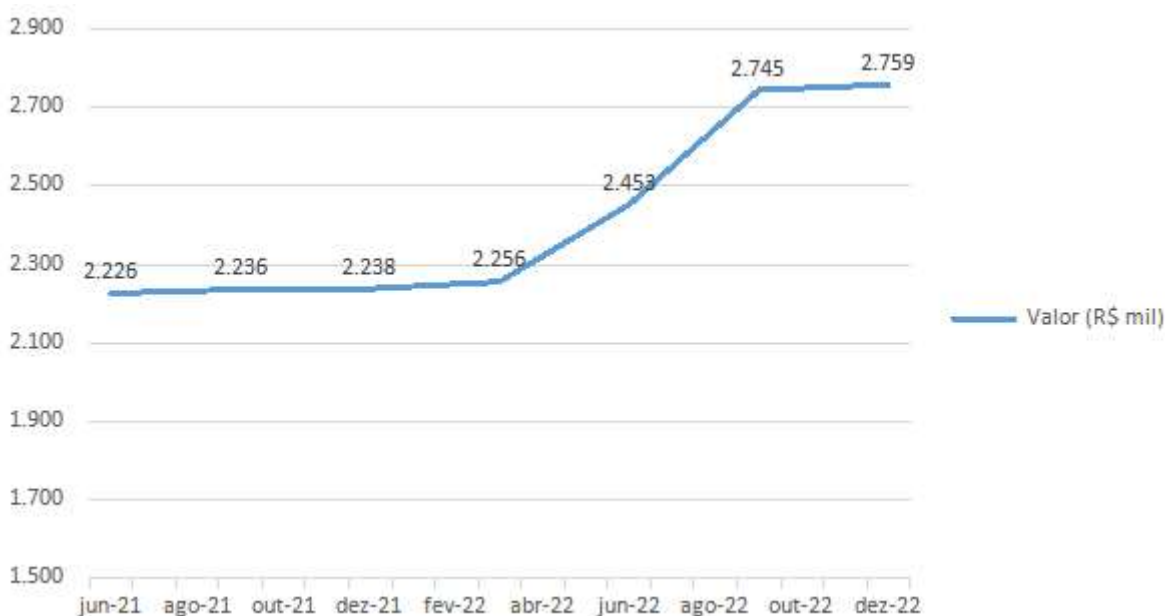
Os bens móveis totalizaram, pelo custo de aquisição, R\$ 2,76 milhões e estão distribuídos em categorias, conforme detalhado por conta contábil na tabela a seguir, sendo de maior representatividade o investimento em equipamentos de tecnologia da informação e comunicação/TIC, no valor de R\$ 1,13 milhões (41% do total), seguido de mobiliário em geral, R\$ 449 mil (16% do total).

Bens Móveis

Bens móveis	4º trim. 2022	4º trim. 2021	R\$	
	Custo	Custo	AH (%)	AV (%)
EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUNICACAO/TIC	1.135.712	804.886	41	41
MOBILIARIO EM GERAL	449.798	441.078	2	16
MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	340.005	61.409	454	12
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	209.824	197.244	6	8
COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	194.446	191.906	1	7
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	163.136	15.980	921	6
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	78.608	77.238	2	3
VEICULOS DE TRACAO MECANICA	73.384	73.384	-	3
EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONTO,LAB E HOSP	39.563	36.958	7	1
INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	22.012	16.182	36	1
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	12.804	12.804	-	0
APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	10.054	10.054	-	0
MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	9.209	3.458	166	0
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	7.124	7.124	-	0
BENS MOVEIS A CLASSIFICAR	7.069	8.638	-	18
VEICULOS EM GERAL	3.087	3.087	-	0
MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	1.324	1.324	-	0
APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOES	1.210	1.210	-	0
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	707	3.851	-	82
'= BENS NAO LOCALIZADOS	20	20	0	0
PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	-	270.000	-	100
Total	2.759.097	2.237.833	23	100

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

Evolução do Imobilizado – Bens Móveis nos últimos 18 meses (valores em R\$ mil)



Depreciação Acumulada de Bens Móveis

A depreciação acumulada dos bens móveis totalizou R\$ 1,06 milhões, equivalente a 38,6% do custo de aquisição total dos bens móveis.

Bens Imóveis

Os bens imóveis do campus totalizaram R\$ 11,95 milhões a título de imóvel de uso educacional e instalação da plataforma vertical, com depreciação acumulada no valor de R\$ 67,06 mil.

Nota 4 – Intangível

O ativo intangível é composto por softwares de vida útil indefinida, no valor de R\$ 883,00.

Nota 5 – Obrigações a Curto e Longo Prazo

O campus apresentou um saldo de R\$ 101,57 mil de obrigações, sendo todo o montante de obrigações a curto prazo, ou seja, que deverão ser pagos no prazo de doze meses seguintes. Essas obrigações estão divididas conforme tabela a seguir.

Obrigações a Curto e Longo Prazo

	dez-22	dez-21	Var.	AH (%)
Subtotal - Curto Prazo	101.572	35.813	65.759	184%
Fornecedores e Contas a Pagar	95.206	27.144	68.062	251%
Demais Obrigações a Curto Prazo	6.366	8.670	- 2.304	-27%
Subtotal - Longo Prazo	-	-	-	-
Total	101.572	35.813	65.759	183,61%

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

A maior parte das obrigações do campus se referem a fornecedores e contas a pagar, que representam 94% do total.

(a) Fornecedores e Contas a Pagar

Um único fornecedor possui créditos com o campus (JH2P – ENGENHARIA, CONSTRUCAO E DECORACAO LTDA), que totaliza R\$ 95,2 mil, referente construção dos blocos de laboratório do campus.

(b) Demais Obrigações a Pagar no Curto Prazo

Somam-se às obrigações de curto prazo as demais obrigações, conforme tabela a seguir.

Demais Obrigações a Curto Prazo

	dez-22	AV (%)	dez-21	AV (%)	AH (%)
Consignações	362	5,7%	5.565	64,2%	-93,5%
Depósitos não judiciais	2.205	34,6%	2.205	25,4%	0,0%
Incentivos a educação, cultura e outros	3.800	59,7%	900	10,4%	322,2%
Total	6.366	100%	8.670	100%	-27%

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

(a) Consignações

Compreende os valores entregues em confiança ou em consignações nos pagamentos referentes a folha de pagamento ou a compras de bens e serviços.

(b) Depósitos não judiciais

Compreende cauções recebidos em garantia de execução de contratos continuados.

(c) Incentivo a educação, cultura e outros

Compreende as obrigações com incentivos a educação, cultura, ciência, esporte, bem como bolsas de estudo para cursos de especialização, mestrado, doutorado, e para estagiários.

Nota 6 – Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA's) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD's).

As VPA's são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos, ou potencial de serviços, fluirão para o campus e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O Resultado Patrimonial apurado foi superavitário em R\$ 2,83 milhões e está demonstrado na tabela abaixo, ao se confrontar Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

Variações Patrimoniais Aumentativas X Variações Patrimoniais Diminutivas

	dez-22	dez-21	AH (%)	AV (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	5.943.544	1.717.265	246	210
Variações Patrimoniais Diminutivas	- 3.109.647	- 1.771.500	76	110
Total	2.833.897	- 54.234	5.325	100

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

Observa-se que, no resultado Patrimonial do Período, houve um acréscimo de resultado, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior. Dentre as principais variações, destacam-se:

- I. Aumento das transferências e delegações recebidas em R\$ 750,6 mil (44%);
- II. Aumento da valorização e ganhos com ativos em R\$ 3,47 milhões;
- III. Aumento com a desvalorização e perda de ativos em R\$ 886,6 mil.

Abaixo, é apresentado o resultado da Demonstração das Variações Patrimoniais:

Demonstração das Variações Patrimoniais

	dez-22	dez-21	Var.	AH (%)	AV (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	5.943.544	1.717.265	4.226.279	246%	100
Transferências e delegações recebidas	2.467.273	1.716.588	750.684	44%	42
Valorização e ganhos com ativos	3.476.247	-	3.476.247		58
Outras VPAs	25	677	- 652	-96%	0
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	3.109.647	1.771.500	1.338.147	76%	100
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	1.437.436	955.346	482.090	50%	46
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	343	1.230	- 887	-72%	0
Transferências e delegações concedidas	23.674	707	22.967	3247%	1
Desvalorização e perda de ativos	886.641	-	886.641		29
Tributárias	46.397	864	45.533	5271%	1
Outras VPDs	715.156	813.353	- 98.196	-12%	23
Total	2.833.897	- 54.234	2.888.131	-5325%	100

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

Dentre as Variações Patrimoniais Aumentativas destacamos a valorização e ganhos com ativos, em um montante de R\$ 3,47 milhões, correspondentes a reavaliação de imóveis de uso especial.

O principal aumento de gastos ocorreu com a desvalorização e perda de ativos, no montante de R\$ 886,6 mil, pela conclusão das obras de subestação e quadra poliesportiva coberta. Os valores foram incorporados na valorização dos bens imóveis.

Isto posto, conclui-se no aumento do total de gastos, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior, totalizando R\$ 3,1 milhões até o encerramento do trimestre.

O detalhamento da VPD de uso de bens, serviços e consumo de capital fixo e de outras VPD's são demonstrados a seguir.

(a) Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Variações Patrimoniais Diminutivas - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

	R\$				
	dez-22	dez-21	Var.	AH (%)	AV (%)
Uso de materiais de consumo	221.680	78.573	143.107	182%	15
Serviços	993.235	620.668	372.567	60%	69
Depreciação, amortização e exaustão	222.520	256.104	- 33.584	-13%	15
Total	1.437.436	955.346	482.090	50%	100

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

Destaca-se o aumento de R\$ 372,5 mil em serviços, equivalente a 60%, em relação ao mesmo período no exercício anterior.

As principais variações nos gastos com serviços são demonstradas na tabela a seguir.

VPD Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo - Serviços

	R\$				
	dez-22	dez-21	Var.	AH (%)	AV (%)
Diárias	10.599	-	10.599		1
Serviços técnicos profissionais	2.261	16.932	- 14.672	-87%	0
Serv. de apoio adm., técnico e operacional	978.797	603.733	375.064	62%	99
Serv. transp., passagem, locomoção e hosp. - PJ	1.578	-	1.578		0
Serviços administrativos - PJ	0	-	0		0
Seguros em geral	-	3	3	-100%	-
Total	993.235	620.668	372.567	60%	100

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

(b) Outras VPD's

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas tiveram diminuição de gastos no campus, na ordem de 12%, e estão diretamente relacionados à bolsa de estudos. No quarto trimestre de 2022, o total de gasto nesta rubrica foi de R\$ 715 mil.

Nota 7 – Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário corresponde à confrontação entre receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964, além do percentual de realização das receitas previstas e percentual de empenho da dotação atualizada.

No IFRS, a setorial orçamentária do órgão consolida a previsão e realização de receitas, assim como a dotação inicial e atualizada das suas unidades, de modo que o Balanço Orçamentário do campus é insuficiente para demonstrar o resultado orçamentário da unidade.

Despesas

De acordo com o art. 58 daquela Lei, Empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição (art. 58 da Lei nº 4.320/1964).

Nesta fase da execução da despesa pública ainda não é possível afirmar se a despesa foi efetivamente realizada, ou seja, não há condições de asseverar se o bem ou material adquirido foi entregue pelo seu fornecedor ou se o serviço contratado foi efetivamente prestado pelo contratado.

Nesta etapa é possível asseverar apenas que os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual estão reservados, assegurados para a realização de alguma finalidade pública, tendo como executante determinado fornecedor de bens e serviços demandados pela Administração Pública, nominalmente identificados.

O empenho de despesas no período em análise montou a quantia R\$ 3,03 milhões. Houve um acréscimo de 45% no montante de empenhos em relação ao mesmo período do exercício anterior.

As despesas correntes representam 61% do total empenhado no exercício, conforme evidenciado na tabela a seguir.

Despesas Empenhadas - Composição

	R\$			
	dez-22	dez-21	AH (%)	AV (%)
Despesas Correntes	1.858.594	1.410.264	32	61
Despesas de Capital	1.171.072	680.459	72	39
Total	3.029.666	2.090.724	45	100

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

Entre as despesas empenhadas, destacam-se obras e instalações, com R\$ 975,9 mil em empenhos realizados no exercício, seguidas das despesas com auxílio financeiro a estudantes, no valor de R\$ 671,5 mil, equivalentes à 32,2% e 22,2% do valor total empenhado, respectivamente.

O percentual de liquidação dos empenhos no exercício é de 53,4%.

Em relação ao mesmo período do exercício anterior, houve diminuição de 16,4% nos empenhos com auxílio financeiro a estudantes e aumento de 12,2% nos empenhos com outros serviços de terceiros - PJ.

A tabela a seguir demonstra a composição e evolução das despesas empenhadas no campus.

Empenhos - Composição

NATUREZA DE DESPESA	R\$									
	dez-22					set-21				
	PROVISAO RECEB.	DESP. EMP.	DESP. LIQ.	LIQ. (%)	AV (% de emp.)	PROVISAO RECEB.	DESP. EMP.	DESP. LIQ.	LIQ. (%)	AH (% de emp.)
OBRAS E INSTALACOES	975.963	975.963	-	-	32,2	-	876.220	876.220	-	11,4
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	671.514	671.514	669.314	99,7	22,2	471.713	803.319	803.319	788.919,4	16,4
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	623.702	623.702	514.109	82,4	20,6	676.418	555.771	555.771	349.275,2	12,2
MATERIAL, BEM OU SERVICO P/ DISTRIB. GRATUITA	223.577	223.577	126.888	56,8	7,4	849.773	82.561	82.561	67.758,9	170,8
OUTRAS DESP.PESSOAL DEC. CONTRATOS TERCEIRIZ.	204.101	204.101	167.901	82,3	6,7	52.957	95.679	95.679	74.884,2	113,3
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	180.788	180.788	9.547	5,3	6,0	77.943	298.808	298.808	-	39,5
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	41.333	41.333	41.280	99,9	1,4	110.221	1.120	1.120	1.049,5	3.591,5
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	25.072	25.072	19.497	77,8	0,8	26.690	17.839	17.839	14.682,9	40,5
AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	24.622	24.622	24.622	100,0	0,8	16.839	24.381	24.381	24.381,3	1,0
MATERIAL DE CONSUMO	19.702	19.702	5.120	26,0	0,7	-	25.896	25.894	2.583,9	23,9
AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	14.320	14.320	14.320	100,0	0,5	-	-	-	-	-
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	10.736	10.599	10.599	100,0	0,3	2.132	-	-	-	-
INDENIZACOES E RESTITUICOES	7.240	7.240	7.120	98,3	0,2	-	652	652	52,2	1.010,1
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	5.351	5.351	5.351	100,0	0,2	978	-	-	-	-
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.000	1.578	1.578	100,0	0,1	652	-	-	-	-
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (INTRA)	203	203	203	100,0	0,0	480	-	-	-	-
OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	-	-	-	-	-	-	1.028	1.028	1.027,6	100,0
Total	3.030.225	3.029.666	1.617.450	53,4	100,0	2.286.797	2.783.275	2.783.273	1.324.615,0	8,9

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

Os principais favorecidos do período são listados na Tabela a seguir.

Empenhos por favorecido - Composição

FAVORECIDO	dez-2022 DESP. EMP.
JH2P-ENGENHARIA, CONSTRUCAO E DECORACAO LTDA	975.963
INST.FED.DO RS/CAMPUS ALVORADA	728.596
MERCOSERVICE PRESTACAO DE SERVICOS LTDA	170.836
MEZI EMPRESARIAL LTDA	161.721
ATENAS SERVICOS DE APOIO LTDA	154.307
CORE SERVICE EVENTOS EIRELI	88.500
COOPERATIVA DOS PRODUTORES ORGANICOS DE REFORMA AGRARIA	73.577
ALPHA TERCEIRIZACAO - EIRELI	71.319
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL NOVA ALIANCA LTDA	61.500
BRS SP SUPRIMENTOS CORPORATIVOS S/A	49.750
SECURISYSTEM SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA.	42.457
GERVASIO MARQUES NETO LTDA	40.600
(FMMA) FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE ALVORADA	36.220
REALTUR VIAGENS E TURISMO LTDA	34.787
ESCOLARES INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA	33.370
OUTROS FAVORECIDOS	306.162
Total	3.029.666

Fonte: SIAFI, 2022

Mais de 61% dos empenhos do campus estão concentrados nos três primeiros favorecidos:

- **Inst. Federal do RS / campus Alvorada:** empenhos destinados ao pagamento de assistência estudantil, permanência e moradia aos estudantes matriculados no campus;
- **JH2P Engenharia:** empenhos destinados a construção de blocos de laboratório, fechamento da quadra poliesportiva e construção da quadra de areia e arquibancadas.
- **Mercoservice Prestação de Serviços:** empenhos destinados ao pagamento do serviço de tradutor / interprete de libras;

Nota 8 – Restos a Pagar

Conforme Tabela que segue, 95,8% dos Restos a Pagar Processados a pagar e Não Processados a liquidar corresponde à obras e instalações, perfazendo o valor de R\$ 780,6 mil. Os materiais de consumo correspondem a 1,6% do total de compromissos a realizar, no valor de R\$ 13 mil e, outros serviços de terceiros - PJ, 2,1%, no valor de R\$ 17,2 mil. Juntas, as três naturezas de despesas citadas correspondem a 99,5% do total de compromissos a realizar inscritos em restos a pagar.

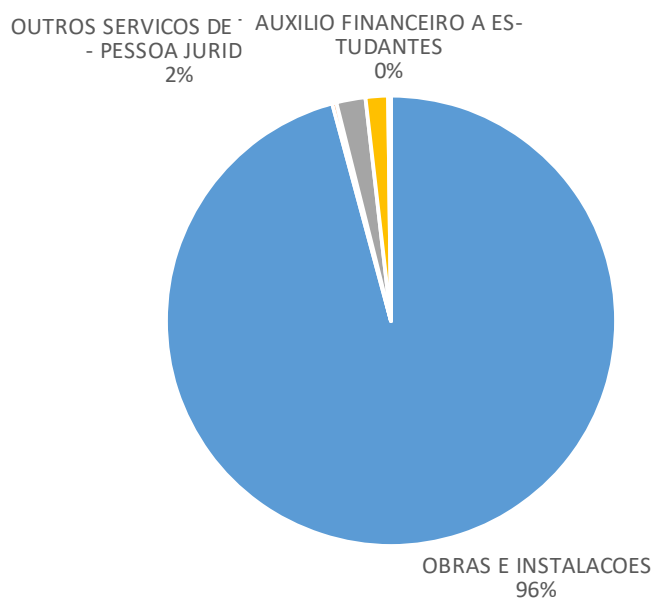
Restos a Pagar - Composição do 4º trimestre

NATUREZA DE DESPESA	R\$							
	RP PROC. INSCRITOS	RP PROC. PAGOS	RPP A PAGAR	RP NAO PROC. INSC.	RP NAO PROC. REINSC.	RP NAO PROC. LIQ.	RPNP A LIQ.	AV DOS RPP A PAG. E RPNP A LIQ. (%)
OBRAS E INSTALACOES	-	-	-	876.220	-	95.567	780.652	95,8
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	-	-	-	298.808	2.121	298.808	2.121	0,3
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	13.340	13.340	-	206.496	65.866	255.096	17.266	2,1
MATERIAL DE CONSUMO	-	-	-	23.310	13.420	23.731	13.000	1,6
OUTRAS DESP.PESSOAL DEC. CONTRATOS TERCEIRIZ. MATERIAL, BEM OU SERVICO P/ DISTRIB. GRATUITA	2.453	2.453	-	20.795	-	20.795	-	-
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	900	300	600	14.400	-	13.200	1.200	0,2
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	233	233	-	3.156	-	3.156	-	-
INDENIZACOES E RESTITUICOES	-	-	-	600	-	600	-	-
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	-	-	-	70	-	70	-	-
Total	31.729	31.129	600	1.458.658	81.407	725.826	814.239	100

Fonte: SIAFI, 2022

Na Figura a seguir a representação gráfica dos compromissos a pagar de Restos a Pagar por natureza de despesa.

Compromissos a Pagar – Restos a Pagar até o 4º trimestre



Quase totalidade dos compromissos a pagar de Restos a Pagar correspondem aos Restos a Pagar Não Processados, que equivalem aos compromissos assumidos com materiais que não foram entregues ou serviços que não foram prestados ao IFRS até o encerramento do exercício anterior.